

## Subsídios de Natal

Estimativas recentes sobre a evolução da população mundial apontam para uma redução da população portuguesa em cerca de dois milhões de habitantes ao longo dos próximos três séculos. Esse dado, embora não surpreendente, é visto de forma negativa em alguns sectores da sociedade portuguesa. Por exemplo, há quem considere o aumento da população de um país como um sinal de prosperidade (um "ex libris" dessa tese é o editorial intitulado "Portugal está a Definhar", com que um dia o Expresso nos brindou). À luz dessa teoria, se a população de uma país não aumenta, é porque o país não gera expectativas positivas. O cultura do país perde influência, a "Nação" definha. Por isso, há quem reclame que o Estado deveria conceder mais apoio financeiro a quem tem filhos.

Essa ideia pode ser contestada a vários níveis. Em primeiro lugar, ao nível dos princípios: isto é, será desejável promover o aumento da população? Afinal, se houvesse menos gente, não poderíamos ter casas maiores? Menos trânsito? Mais espaços verdes?

Do ponto de vista global, facilmente encontramos motivos para acreditar que o aumento da população é até indesejável. No Mundo superpovoado em que vivemos, cada humano a mais ao cimo da Terra representa uma pressão adicional sobre os recursos existentes. Quando um indivíduo se veste, se alimenta, compra um jornal ou usa um automóvel está a consumir, directa ou indirectamente, bens escassos como a água, o ar puro e as florestas, afectando os restantes habitantes do Planeta. Nessa perspectiva, a natalidade deveria ser tributada.

Mas poderíamos assumir uma postura mais umbilical: "Como o excesso de população no Mundo não é culpa de Portugal, os outros que tratem de o resolver. Nós por cá, enfrentamos a ameaça de não ter, no futuro, quem pague as nossas reformas". Além de míope, esse argumento é facilmente refutável. Por um lado, a sociedade também despende recursos com a educação dos jovens. Nessa medida, será sempre mais eficiente (até do ponto de vista mundial) importar trabalhadores activos de países com mão-de-obra em excesso do que promover o aumento da natalidade no nosso país. Por outro lado, o argumento baseia-se numa lógica de pirâmide, que já provou ser pouco satisfatória como forma de financiamento da segurança social. A capitalização é a única alternativa capaz de tornar a sustentabilidade do sistema independente da evolução demográfica.

Em qualquer dos casos, aceitemos como um facto que, em Portugal, a promoção da natalidade é objectivo de política. Para evitar que a nossa cultura seja diluída, para haver maior diversidade de opiniões ou qualquer coisa assim, o que é certo é que o Estado Português entende

ser socialmente desejável patrocinar a produção de lusitanos. A questão que se coloca é se os incentivos financeiros proporcionam uma forma eficaz de cumprir esse objectivo.

Claramente, aos níveis actuais, ninguém espera que o abono de família ou o subsídio de natalidade sejam factores relevantes na decisão de ter um filho. Enquanto mecanismo de incentivos, esses subsídios são puro desperdício de recursos. Para que subsídios conseguissem alterar as escolhas, teriam de ser muito mais elevados. Possivelmente, se o abono de família rondasse os 1.000 euros por mês e por cada nado vivo o Estado pagasse 10.000 euros, alguns casais optariam por ter mais filhos. Mas seria eticamente admissível que as pessoas tivessem filhos para usufruir de vantagens financeiras?

Na prática, o abono de família funciona como um mero mecanismo de redistribuição do rendimento. Isto é, não influencia as escolhas, mas transfere dinheiro daqueles que têm menos filhos para aqueles que têm mais filhos. O problema é que, nem nessa função o abono de família é eficiente, pois as necessidades de apoio das famílias não são necessariamente proporcionais ao número de descendentes. Por conseguinte, o Estado daria melhor uso aos recursos públicos se extinguisse de vez o abono de família e usasse os fundos libertados para reforçar mecanismos de maior utilidade social, como o recém baptizado Rendimento Social de Inserção.

Miguel Lebre de Freitas,

Departamento de Economia da Universidade de Aveiro